

Jorge Costa Pereira; 27.11.2013

**Universidade dos Açores - Plano do Governo para 2014**

**Senhora Presidente**

**Senhoras e Senhores Deputados**

**Senhor Presidente, Senhora e Senhores membros do Governo**

Quem estuda e conhece o funcionamento político-administrativo dos Açores nos séculos XIX e XX, anteriores à atual Autonomia, sabe bem as dificuldades por que passavam as populações açorianas e conhece bem o muro de silêncio e de incompreensão que tantas vezes os responsáveis locais enfrentavam para poder resolver pequenos problemas que impunham rápidas soluções. O centralismo do Terreiro do Paço e a insensibilidade dos governos de Lisboa é e foi sempre um obstáculo e um entrave poderoso ao exercício local do poder e à implementação das muitas medidas que o atraso a que as ilhas açorianas foram votadas exigia.

A Autonomia Regional que o 25 de Abril de 1974 nos facultou, tem permitido trilhar nos Açores e na Madeira os caminhos do progresso e do desenvolvimento.

Em termos de exercício do poder, em termos de proximidade às populações, em termos de capacidade de compreensão dos problemas e das dificuldades, em termos de facilidade de encontrar soluções mais rápidas, é um bem inestimável termos nos Açores os nossos órgãos de Governo próprio e de eles nos serem próximos.

Nestas quase quatro décadas de regime autonómico, os Açores conheceram enormes avanços que marcaram uma clara e significativa rutura com um passado de abandono, esquecimento e submissão ao centralismo de Lisboa.

A Autonomia Regional, filha do 25 de Abril, assumiu-se como um projeto descentralizador e inovador, pensando os Açores como uma Região única, composta de nove ilhas, com idênticas aspirações e direito ao desenvolvimento integral e harmonioso.

**Senhora Presidente**

**Senhoras e Senhores Deputados**

**Senhor Presidente, Senhora e Senhores membros do Governo**

Um dos pilares do nosso edifício autonómico é a Universidade dos Açores.

A criação da Academia Açoriana foi, como reconheceu o Prof. Machado Pires, “Uma espécie de salto na história, um abrir do pano para uma peça que se não encenou, um rasgo para o desconhecido, um soltar de aspirações recalçadas.”

E, ao mesmo tempo, que protagonizava esse “salto na história”, a Universidade dos Açores, assumiu “a descontinuidade da geografia e o sentido da história” e transformou “a organização multipolar (...) em inevitabilidade e em solução, isto é, no modelo obrigatório e justo, que melhor garante a harmonia do desenvolvimento regional”. (Citei o Prof. Avelino Meneses, anterior Reitor da UAç).

O êxito da opção pela organização tripolar da Universidade dos Açores como forma de expressar a sua vocação unificadora dos interesses e do desenvolvimento regional, é, portanto, um ensinamento e um sinal que a Universidade deu e dá ao poder político e à sociedade açoriana: a tripolaridade administrativa é uma opção correta, é uma opção necessária ao equilíbrio regional e é a melhor resposta às nossas raízes culturais e sociológicas, determinadas por quinhentos anos de História.

Neste contexto, como também reconheceu o Prof. Avelino Meneses, “o acréscimo substancial dos custos de financiamento não representa propriamente um dispêndio improdutivo, uma vez que corresponde a um meio inevitável da obtenção de um fim acertado.”

São de todos conhecidas as dificuldades por que passa a Academia Açoriana. E elas resultam naturalmente de múltiplos fatores. Desde logo de opções de gestão interna que não se revelaram as mais adequadas. E resultam também do facto de parte significativa do financiamento público que recebe ser canalizado para a investigação dedicada e não apenas para o ensino superior.

Por outro lado, já há largos anos que os governos da República vinham a alterar a fórmula do financiamento às Universidades sempre na intenção genérica da redução das verbas a elas destinadas. E isso começou a conduzir paulatinamente as Universidades mais periféricas, de menor dimensão, inseridas em comunidades

demograficamente mais limitadas e com menor capacidade de atração de alunos, como é o caso da Universidade dos Açores, a sofrer de forma mais dura os cortes no financiamento público.

Finalmente, é imperioso que se enquadrem as dificuldades da Universidade dos Açores no contexto do Programa de Assistência Financeira UE/FMI que Portugal assinou em 2011, e onde se comprometeu à redução da despesa pública, o que conduziu à diminuição do financiamento público às Universidades e, no caso concreto, determinou a atual asfixia financeira da Universidade dos Açores.

É inquestionável que o financiamento das Universidades é uma responsabilidade clara do governo da República. Mas, apesar disso, desde há alguns anos, o Governo Regional dos Açores tem vindo, e bem, a inscrever em Plano e Orçamento da Região uma verba destinada a apoiar a Universidade dos Açores nos custos com a tripolaridade, reconhecendo que é essa uma questão importante de desenvolvimento regional.

**Senhora Presidente**

**Senhoras e Senhores Deputados**

**Senhor Presidente, Senhora e Senhores membros do Governo**

Na sequência das reuniões de trabalho que o PSD-Açores manteve com responsáveis da Universidade dos Açores, ficou claro que esta instituição atingiu o seu limite de capacidade em reduzir despesas e de se tentar acomodar aos sucessivos cortes de financiamento da República.

A não ser encontrada uma solução, o cenário mais provável que se coloca é o encerramento de muitos serviços e a redução drástica de colaboradores da Academia açoriana.

Nessa medida e neste contexto em que está iminente o dismantelar de muito do que conhecemos como sendo a Universidade dos Açores, impõe-se um esforço acrescido da Região para salvaguardar a integridade mínima daquele que justamente consideramos ser um dos pilares essenciais da nossa Autonomia.

Entende o PSD que ao Governo da República se exige que assegure o financiamento do Ensino Superior e da Investigação Universitária.

Mas à Região, no contexto presente, impõe-se, por um lado, que continue a apoiar a tripolaridade da Universidade dos Açores mas, por outro, que dê também

atenção especial à Investigação Dedicada que se faz na nossa Universidade e que tenha por base Protocolos de Investigação Estratégica para a Região Autónoma dos Açores.

Propomos, por isso, globalmente, reforçar em 650 mil euros as verbas que já estão contempladas no Plano do Governo como forma de contribuir para a estabilização mínima exigível da situação financeira da Universidade dos Açores e destinados especificamente à tripolaridade e à Investigação Dedicada.

Com isso, estaremos também a ajudar a consolidar um dos pilares da nossa Autonomia.

Disse.